

OS ALUNOS DO PROEJA NO IFAP – CAMPUS MACAPÁ: PERFIL DOS ESTUDANTES DO CURSO TÉCNICO EM ALIMENTOS

R. L. da Silva Ramos,
Crislaine Drago

RESUMO

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e tem como objetivo principal a construção e análise do perfil dos estudantes do integrado/PROEJA do Instituto Federal do Amapá – Campus Macapá. A fim de identificar a relação com público alvo definido pelo programa, esta pesquisa foi realizada por meio da aplicação de questionários para 79% dos estudantes das Três turmas do Curso Técnico

em Alimentos/PROEJA no segundo semestre de 2015. A pesquisa traz também uma breve contextualização sobre a criação do programa e sua implementação no IFAP. As conclusões do estudo mostram que o perfil dos estudantes está de acordo com o público alvo delineado pelo programa, sendo composto em sua maioria por mulheres com renda de até um salário mínimo e responsáveis pelo sustento de sua família.

PALAVRAS-CHAVE: PROEJA, perfil dos estudantes, ensino médio integrado, educação profissional.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica se apresenta como uma política pública voltada para a formação integral do indivíduo, incluindo-se aí a formação geral, humanística e, também, a adequada preparação para seu exercício profissional. Esta política é constituída em decorrência, dentre outros fatores, da necessidade de se atenuar as consequências da reestruturação produtiva e do desemprego, e do reconhecimento da necessidade do aumento do nível de escolaridade dos trabalhadores (BRASIL, 2004. P 38-40).

Por sua vez, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) enquanto modalidade de ensino vem sendo configurada como uma política pública de caráter compensatório, visto que pretende garantir o acesso ao ensino regular àqueles que não realizaram seus estudos em idade na idade entendida como regular. No bojo das políticas que buscam a formação integral de jovens e adultos através da articulação entre a educação geral e formação profissional, encontra-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

De acordo com o Documento Base que orienta o Proeja, a principal finalidade do Programa é proporcionar educação capaz de garantir “a integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania” (BRASIL, 2007, p.07). Portanto, a articulação entre a EJA e a Educação Profissional no Brasil, tem o propósito de alargar a oferta de ensino aos excluídos do sistema educacional na idade regular, garantindo não só a escolarização formal, mas também, qualificação necessária para a inserção deste público no mercado de trabalho.

Na busca de uma caracterização, o Documento Base do Proeja são sujeitos que formam um público específico constituído, basicamente, por “Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais” (*Op.cit.*, 2007, p. 11). Pessoas historicamente excluídas do sistema educacional e, portanto, desfavorecidas econômica, social e culturalmente. Neste sentido, a fim de identificar a relação com o público alvo definido pelo programa, o presente trabalho busca analisar o perfil dos alunos do PROEJA do Instituto Federal do Amapá (IFAP) – Campus Macapá.

A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2015, e desenvolvida por meio da aplicação de questionários estruturados aos alunos das três turmas do Curso Técnico em Alimentos do PROEJA do Campus Macapá. Destaca-se o fato de que este é o único curso na modalidade EJA ofertado neste Campus desde a primeira turma do programa, iniciada no segundo semestre de 2012. Assim, nas três turmas existentes, de 3º, 4º e 6º semestres, encontravam-se 68 alunos matriculados, dos quais 54 (79%) responderam ao questionário, percentual considerado muito satisfatório para a realização da análise desejada.

Além desta Introdução, este trabalho constitui-se por mais três partes. Na primeira é realizada uma breve contextualização da implantação do PROEJA e sua concretização no IFAP Campus Macapá. Em seguida, caracteriza-se e discute-se o perfil dos estudantes do curso de alimentos e, por fim, encerra-se o trabalho com as considerações finais, onde são sintetizados os principais aspectos abordados neste estudo.

2 PROEJA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O discurso de democratização do acesso à educação, encontrado na atual legislação educacional brasileira, explicita uma política de Educação para Jovens e Adultos pautada na necessidade de garantir o acesso à educação e, ao mesmo tempo, promover a qualificação profissional destes sujeitos. Na tentativa de minimizar esta lacuna e atender a demanda por formação, são planejados e implantados programas governamentais voltados para a alfabetização e aumento da escolaridade de adultos.

Estes programas estão inseridos em políticas públicas de caráter compensatório que, além de promover o aumento da escolarização, visam também sua inserção no mercado de trabalho através da articulação com a educação profissional. Desta forma, a integração entre Educação Básica e Profissional no ensino médio é apontada como o caminho para se alcançar o objetivo almejado, de integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cidadania num processo formativo voltado para o público jovem e adulto, historicamente excluído das políticas educacionais e, por este motivo, inserido em políticas compensatórias e assistencialistas.

Originário do Decreto nº. 5.478/2005 e inicialmente denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2007. p 12), o PROEJA tem como objetivo integrar educação básica e profissional como forma de aumentar a escolarização do público jovem e adulto e, ao mesmo tempo, promover sua qualificação profissional. No que se refere ao público alvo do Programa, Santos

(2010), expõe que este é fortemente dedicado ao atendimento dos chamados setores populares, grupos que, de acordo com a autora, sempre almejavam a elevação de escolaridade combinada à formação profissional.

Na interpretação de Pereira (2011), estes são os grupos a quem se objetiva atender com o PROEJA, pois:

A instituição definitiva do Proeja, através do Decreto presidencial N. 5840/06, aponta para o atendimento de forma prioritária pelo poder público a uma expressiva massa de jovens e adultos que mesmo não integrando o grande coletivo de analfabetos, ainda se encontra numa situação de marginalidade em relação aos direitos básicos de acesso à escola e a uma qualificação profissional e, portanto, impossibilitados de exercerem sua cidadania. (PEREIRA, 2011, p. 62).

Desta forma, o que se pretende com o programa é garantir o direito à educação a uma parcela da população historicamente excluída do acesso à escolarização. Ainda segundo Pereira (2011), a integração entre educação básica e profissional se constitui em mais uma tentativa de se romper com a dualidade estrutural da educação brasileira.

Desta forma, o Decreto nº. 5.478/2005 foi revogado e substituído pelo Decreto nº.5.840/06, que modificou o nome do programa para a atual denominação e instituiu sua adoção em caráter opcional para as instituições públicas estaduais e municipais, e pelas entidades privadas do Sistema S. Aos Institutos Federais, contudo, a implantação se tornava obrigatória a partir de 2007 (Brasil, 2006). Esta normatização trouxe, de acordo com Santos (2010), certo desconforto para as escolas da Rede Federal de Educação Profissional, pois, a obrigatoriedade em se implantar o programa não estava de acordo com a tendência destas instituições que atuavam com os cursos pós-médio e os cursos tecnológicos de nível superior, não tendo disposição para o envolvimento com o ensino médio, principalmente na modalidade EJA.

A partir desta controversa implantação, ocorrida na prática a partir de 2007, foram desenvolvidas várias ações com o objetivo de consolidar o programa, entre elas a criação de programas de formação de professores e gestores por meio de cursos de extensão e cursos *lato sensu*; a constituição de grupos de estudo e linhas de pesquisa sobre o PROEJA para incentivar a formação de redes de colaboração; além de produção de material de referência para a elaboração de material didático (BRASIL, 2007, p. 07).

Percebe-se, no entanto, que tais ações ficaram restritas aos estados onde foram instituídos cursos do PROEJA, entre os anos de 2006 e 2011, entre eles Acre, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Tocantins; onde as pesquisas e as discussões sobre o tema se tornaram mais

amplamente difundidos. No estado do Amapá, estas discussões são extremamente recentes, visto que o IFAP realizou a implantação do programa somente a partir de 2012, quando iniciaram as atividades do Curso Técnico em Alimentos na modalidade EJA.

Tendo iniciado suas atividades de forma efetiva apenas no segundo semestre de 2010, com turmas de cursos subsequentes, o IFAP se constituía como uma unidade nova na Rede Federal de Educação Profissional. Desta forma, enquanto muitos estados já desenvolviam atividades com o público do programa, inclusive ofertando cursos de formação para os profissionais atuantes nesta modalidade, o IFAP ainda se encontrava em processo de implantação. Tal fato fez com que as discussões sobre o PROEJA somente fossem iniciadas a partir de 2011, período no qual se realizou a primeira oficina de formação sobre esta temática, voltada aos docentes e técnicos da instituição.

O programa passou a funcionar efetivamente somente no segundo semestre de 2012, com uma turma do curso de Alimentos no Campus Macapá e do curso de Comércio no Campus Laranjal do Jari (município distante a cerca de 190 quilômetros da capital). O ingresso nos cursos se deu por meio de processo seletivo constituído pela análise do questionário socioeconômico dos candidatos, presença na palestra de apresentação do curso e a redação de um texto de intenção. Foram disponibilizadas 40 vagas em cada curso nos dois Campi então existentes na instituição.

Os pré-requisitos exigidos para a participação no processo seletivo eram possuir 18 anos completos e ter concluído o ensino fundamental. A análise do questionário socioeconômico correspondeu a 70% da pontuação e levou em consideração aspectos como a idade do participante, renda familiar *per capita*, realização de estudos em rede pública ou privada e, ainda, o ano de conclusão do ensino fundamental (IFAP, 2012).

A participação na palestra de apresentação do curso constituiu-se como elemento obrigatório aos candidatos, sendo desclassificados os candidatos ausentes. Por fim, após a palestra, os candidatos presentes procederam à redação de um texto de intenção, que correspondeu aos 30% restantes da pontuação. Após a realização deste processo seletivo, foram então constituídas as primeiras turmas do PROEJA no IFAP. Empreende-se, pois, a seguir, a tentativa da construção do perfil socioeconômico destes estudantes.

3 EM BUSCA DE UMA CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES DO PROEJA NO IFAP – CAMPUS MACAPÁ

No período em que se realizou a pesquisa aqui descrita, primeiro semestre de 2015, havia no *Campus* Macapá 03 turmas do Curso Técnico em Alimentos na forma integrada/PROEJA, cujos estudantes cursavam o 3º, 4º e 6º semestres. As turmas contavam, respectivamente, com 20, 24 e 24 alunos matriculados¹, perfazendo um total de 68 discentes. Destes, foram aplicados questionários a 54 estudantes (79%) presentes em sala de aula nos dias em que se realizou a pesquisa, dos quais 15 cursavam o 3º semestre; 20 o 4º semestre e 19 o 6º.

A aplicação dos questionários se deu por meio de articulação prévia com a coordenação do PROEJA e alguns professores, momento em que se definiu uma data e os horários mais adequados para a aplicação em cada turma. Nas datas e horários combinados, os pesquisadores compareceram à instituição e, inicialmente, conversaram com os discentes sobre a pesquisa e a importância de sua participação, bem como a sinceridade nas respostas. Logo após esse momento inicial foram distribuídos os questionários, respondidos no mesmo momento por todos os presentes. Tal estratégia de aplicação permitiu que se obtivesse um número expressivo de participação, contribuindo sobremaneira para a realização do objetivo aqui proposto.

Para a construção do perfil dos estudantes foram estabelecidas onze categorias: **gênero; faixa etária; cor/raça; estado civil; moradia; número de filhos; número de pessoas com quem reside; recebimento de auxílio assistencial; exercício de atividade remunerada; renda individual e familiar;** e, por fim, a **participação do estudante na vida econômica da família**. Os resultados obtidos foram analisados e discutidos à luz do perfil de atendimento previsto pelo programa e dos objetivos propostos no Documento Base que norteia o PROEJA. Segundo este documento, a EJA:

[T]rabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente. (BRASIL, 2007, p. 11).

¹ Ressalta-se o alto índice de ausência dos estudantes do PROEJA já nos primeiros semestres. Considerando-se que as turmas iniciaram o curso no primeiro semestre com 40 alunos matriculados, observa-se um alto índice de evasão (ou exclusão, como consideram alguns estudiosos da permanência na educação de jovens e adultos), tomando-se como exemplo a turma que estava no 4º semestre e que possuía apenas metade dos alunos ingressantes.

É este público marginalizado que se pretende atingir com o PROEJA: os trabalhadores, homens e mulheres, jovens e adultos, pobres, excluídos do sistema escolar. Na concepção de Arroyo (2010), o PROEJA é uma política pública para os esquecidos, ou seja, àqueles colocados à margem da sociedade. Para o autor, o direito à educação sempre foi um direito limitado no qual os jovens e adultos não tiveram acesso. Deste modo, o PROEJA configura-se como uma possibilidade de se quebrar esse histórico, ampliando não só o direito à educação, mas também, à formação profissional e tecnológica.

Segundo o Decreto nº 5.840/2006, que institui o programa, os cursos do PROEJA serão “destinados à formação inicial e continuada de trabalhadores” (BRASIL, 2006). Sobre este aspecto, Arroyo (2010) enfatiza que os estudantes do PROEJA devem ser vistos como trabalhadores e não como pessoas que estão se preparando para o ingresso no mundo do trabalho. Ao contrário, os profissionais que atuam no programa devem ter claro o entendimento de que estes jovens e adultos trazem consigo uma história de vivências, de diversidade, histórias coletivas marcadas por lutas de gênero, de raça, de lugar de moradia etc.

Neste sentido, inicia-se a seguir, a apresentação e análise dos dados coletados com o intuito de se construir o perfil socioeconômico dos alunos. As duas primeiras categorias: gênero e faixa etária foram agrupadas na Tabela 1, apresentada abaixo:

Tabela 1 – Gênero e faixa etária dos estudantes do curso de alimentos/PROEJA

Turmas	Sexo		Faixa etária				
	Feminino	Masculino	18 - 25	26 - 33	34 - 41	42 - 49	≥ 50
3º Semestre	14	1	5	3	5	1	1
4º Semestre	17	3	3	5	6	2	4
6º Semestre	17	2	5	5	2	5	2
Total	48	06	13	13	13	08	07
(%)	89%	11%	24%	24%	24%	15%	13%

Como se pode observar, a grande maioria dos estudantes é do gênero feminino (89%) e apenas 11% pertence ao gênero masculino. A faixa etária mais significativa varia entre 18 e 41 anos de idade (72%) e, em menor escala, acima dos 42 anos (28%). A acentuada presença feminina no PROEJA evidencia a ausência da mulher do sistema de escolarização formal na idade considerada regular e a busca pela sua reinserção, ainda que tardia, por meio do programa.

São amplamente discutidas no meio acadêmico e social as condições adversas às quais as mulheres estão sujeitas, fatores estes que podem contribuir para que estas não permaneçam na escola. Entre estes fatores está a dupla, ou mesmo tripla jornada de trabalho, na qual a mulher se divide entre um ou mais atividades remuneradas e o cuidado com a casa. Muitas vezes estas não conseguem conciliar a demanda escolar com as de sua vida particular. Tendo então, muitas vezes, que abrir mão de algum destes aspectos, a escolarização acaba sendo o elemento sacrificado.

Em relação à cor/raça, 72% dos alunos declararam ser de cor parda, 13% preta, 9% branca e 6% declararam pertencer a outras etnias não especificadas. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 (IGBE, 2010), a população amapaense constitui-se de 65% de pessoas autodeclaradas pardas, 24% brancas, 9% pretas, 1% amarelas e 1% indígenas. Deste modo, a raça/etnia declarada pelos estudantes está de acordo com os dados obtidos pelo Censo demográfico. No entanto, é importante destacar que, apesar de não declarada, existe uma forte presença negra e indígena na formação populacional do Estado, cuja área territorial possui 4 terras indígenas demarcadas com diversas etnias residentes no local.

Sobre a presença da população negra no estado, Silva (2012, p. 3) afirma que “até 2011, foram identificadas 138 comunidades remanescentes de quilombolas no estado do Amapá, sendo que deste universo, 30 já tem a certidão de autorealhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares – FCP”. Pode-se inferir, portanto, que há uma tendência de que entre os que se autodeclararam pardos ou brancos, constem pessoas que não se identificam ou não se reconhecem como pertencentes às raças/etnias negra e indígena, apesar delas serem bastante presentes no estado.

Quanto ao estado civil dos estudantes, 33% se declararam solteiros, 33% afirmaram que vivem em união estável, 26% são casados, 4% divorciados e 4% viúvos. Percebesse, portanto, que 59% dos entrevistados são sujeitos que vivenciam a experiência de uma vida onde os estudos dividem espaço, dentre outras obrigações, com as responsabilidades familiares. Sobre o número de filhos, 11% declarou não possuir nenhum filho e 66% declarou possuir até 3 filhos. Curiosamente, desses 66% exatamente 22% tem 1, 2 e 3 filhos, respectivamente. Do público restante, 11% possuía 4 filhos e 11% possuía 5 filhos ou mais.

No que se refere à naturalidade, constatou-se que 56% dos estudantes são oriundos do próprio estado, destes 37% são da capital, Macapá. Os 44% restantes são de outros estados do país, na sua maioria do Pará, estado que possui fronteira fluvial e terrestre com o Amapá. Segundo dados do Censo 2010

(IBGE, 2010) relativos à migração no Amapá, 92% dos migrantes é originária dos outros estados da própria região Norte.

Quanto à realização de atividade remunerada, 54% dos alunos afirmaram que realizam alguma atividade remunerada e 46% afirmaram que não realizam. A renda individual recebida pelos estudantes que declararam possui renda proveniente do trabalho é apresentada na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Renda individual* dos estudantes do PROEJA

Turmas	Até 01	Até 02	Até 03	Mais de 03	Sem rendimento
3º Semestre	7	0	0	0	8
4º Semestre	15	0	0	0	4
6º Semestre	15	2	0	0	3
Total	37	2	0	0	15
(%)	69%	4%	0%	0%	28%

*Considerando o salário mínimo vigente em 2015 no valor de R\$ 788,00

Segundo os dados obtidos, 69% dos estudantes possui renda de até 1 salário mínimo e 28% afirmou não possuir nenhum rendimento. Essas informações são complementadas por outro dado: 69% afirmou não receber nenhuma espécie de auxílio assistencial e 31% afirmou receber auxílio do Programa Bolsa Família. Ressalta-se o fato de que, apesar de não declararem, todos os estudantes do PROEJA recebiam na época uma bolsa auxílio no valor de R\$100,00.

Quando se considera a renda familiar dos estudantes, pode-se inferir que seu rendimento individual constitui parte fundamental da renda de toda família, conforme pode ser observado na Tabela 3, disposta abaixo, que evidencia que mesmo considerando-se a renda total da família, os rendimentos familiares de 58% dos discentes ainda permanecem em apenas um salário mínimo:

Tabela 3 - Renda familiar* dos estudantes do PROEJA

Turmas	Até 01	Até 02	Até 03	Mais de 03	Sem rendimento
3º Semestre	11	4	0	0	0
4º Semestre	11	6	1	0	2
6º Semestre	8	11	0	0	0
Total	30	21	1	0	2
(%)	58%	39%	2%	0	4%

*Considerando o salário mínimo vigente em 2015 no valor de R\$ 788,00

O baixo rendimento financeiro dos estudantes tem sido apontado por pesquisadores como um fator que contribui para o afastamento da escola. Segundo Paiva (2006), a evasão e a inconclusão dos estudos expressa o fracasso do Estado no que se refere às políticas educacionais e às políticas sociais em geral, “porque uma das causas mais acentuadas do afastamento da escola diz respeito à pobreza, que exige, nas famílias, mais braços trabalhando para aumentar a renda familiar” (PAIVA, 2006, p. 33).

O baixo rendimento e o papel fundamental do estudante do PROEJA na subsistência de seu grupo familiar é confirmado quando se considera a participação do estudante na vida econômica da família, situação explicitada abaixo na Tabela 4:

Tabela 4 - Participação dos estudantes do PROEJA na vida econômica da família:

Turmas	Não trabalho e meus gastos são custeados	Trabalho, mas não sou independente financeiramente	Trabalho e sou independente financeiramente	Trabalho e ajudo nas despesas	Sou o/a responsável pelo sustento da família
3º Semestre	10	0	0	0	5
4º Semestre	3	0	3	4	10
6º Semestre	5	1	1	7	5
Total	18	1	4	11	20
(%)	33%	2%	7%	20%	37%

Como se pode observar na tabela acima, 37% dos discentes é o responsável pelo sustento da família. Somando-se àqueles que trabalham e ajudam nas despesas (20%) e aos que trabalham e são independentes financeiramente (7%), tem-se um total de 64% de estudantes cuja renda exerce influência no sustento da família, mesmo que não declarem serem os principais responsáveis por ela. É importante ressaltar que a maioria dos estudantes vive com mais duas (30%) ou quatro (28%) pessoas, somente 6% vive com uma pessoa e apenas 2% vive sozinho, conforme especificado na tabela 5 abaixo:

Tabela 5 - Número de pessoas que moram junto com o estudante:

Turmas	Nenhuma	01	02	03	04	≥ 05
3º Semestre	0	1	5	3	4	2
4º Semestre	1	1	8	3	6	1
6º Semestre	0	1	3	7	5	3

Total	1	3	16	13	15	6
(%)	2%	6%	30%	24%	28%	11%

Em relação às condições de moradia, 70% declararam possuir residência própria, 13% alugada, 13% cedida e 4% assinalaram a opção “outras”, porém, não especificaram quais situações de moradia se referiam. Pode parecer contraditório o fato da maioria dos discentes declarar possuir residência própria e viver com uma renda individual de cerca de um salário mínimo, sendo ainda responsável pelo sustento de sua família. Faz-se necessário, pois, considerar quais as condições materiais concretas das residências dos estudantes e dos locais em que estão inseridos. Considerando-se que seu ingresso deveu-se em grande parte à análise de sua situação socioeconômica, pode-se deduzir que os discentes geralmente habitam em moradias localizadas na periferia da cidade, em áreas pouco urbanizadas, e com baixo acesso à rede de água e esgoto.

Desta forma, os dados apresentados acima demonstram que o corpo discente do PROEJA é composto em sua grande maioria por mulheres, autodeclaradas pardas, com rendimento de um salário mínimo e que exercem papel fundamental no sustento da família, sendo muitas vezes as principais responsáveis pela sua subsistência. As condições materiais destes indivíduos influenciam sobremaneira na garantia ou não de seu direito à educação, não só para o acesso à escola, mas também, para sua permanência e conclusão dos estudos.

Muitas destas mulheres e homens que buscam a instituição para a continuidade dos estudos traz consigo a crença já enraizada na sociedade de que a educação é a porta para a melhoria de suas condições de vida. Para Moura (2006), o PROEJA se estabelece então “com a dupla finalidade de enfrentar as discontinuidades e o voluntarismo que marcam a modalidade EJA no Brasil, no âmbito do Ensino Médio e, além disso, integrar à educação básica uma formação profissional que contribua para a integração socioeconômica de qualidade desses coletivos” (MOURA, 2006, p. 61-62).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se neste trabalho traçar um perfil socioeconômico dos estudantes do PROEJA, do IFAP – Campus Macapá, a fim de se avaliar se o público atendido pelo programa na instituição está de acordo com o previsto nos documentos orientadores do PROEJA. Para que este objetivo fosse alcançado, aplicou-se um questionário estruturado a 79% dos estudantes do Curso Técnico em Alimentos na forma integrada/PROEJA do IFAP.

Os dados obtidos revelam que o corpo discente do PROEJA no Campus Macapá está de acordo com o perfil delineado pelas diretrizes do programa, por se constituir principalmente de pessoas com baixa renda e atendidas por programas de assistência social como o Bolsa Família. Além disso, como já mencionado neste estudo, o público alvo a que se destina o PROEJA é constituído por uma população historicamente excluída do sistema educacional e que tem pouco ou nenhum acesso a oportunidades de emprego e renda.

Tal realidade pode ser observada no perfil dos alunos, composto em sua maioria por mulheres autodeclaradas pardas ou pretas, com remuneração, entre as que realizam atividade remunerada, de até um salário mínimo. Entre essas mulheres, 64% são se não as únicas responsáveis pelo sustento da família, mas com grande participação em sua sobrevivência. São, portanto, pessoas desfavorecidas economicamente, que buscam na formação proporcionada pelo programa uma forma de melhorar suas condições de acesso ao mundo do trabalho e, conseqüentemente, sua renda.

Cabe, pois, às instituições ofertantes do PROEJA a compreensão acerca do perfil do público atendido pelo programa a fim de se buscar formas diferenciadas de atendimento que contribuam não só para o acesso destas pessoas à escolarização e formação profissional. faz-se necessário também promover condições de identificação deste público com a instituição, fortalecendo as condições para sua permanência e conclusão com êxito de sua trajetória educacional, ainda que tardiamente.

5 REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **O PROEJA e a inclusão de novos segmentos à Rede**. Fórum Regional de Pesquisas e Experiências em Proeja - Cefet-MG. Palestra proferida em 14/09/2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fpN1cVkwZg>>. Acesso em: 28/05/2017.

BRASIL. MEC/SETEC. **Documento Base**: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Brasília: 2007.

BRASIL. **Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm>. Acesso em: 12/04/2017.

BRASIL. MEC/SETEC. **Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**: proposta em discussão. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf>. Acesso em: 15/04/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010:** estados, Amapá. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ap>>. Acesso em 29/05/2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. **Edital Processo Seletivo nº 02/2012/IFAP.** Dispõe sobre o Processo Seletivo para ingresso de alunos nos Cursos de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja - para o segundo semestre letivo de 2012, nos câmpus do Ifap, Macapá e Laranjal do Jari. Disponível em: <http://www.ifap.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=429&Itemid=66>. Acesso em 28/05/2017.

MOURA, D. H. **O PROEJA e a rede federal de educação profissional e tecnológica.** Programa Salto para o Futuro/TV Escola/SEED/MEC. Boletim 16. Setembro de 2006. P. 61 a 75.

PAIVA, J. **Histórico da EJA no Brasil:** descontinuidades e políticas públicas insuficientes. Série EJA: formação técnica integrada ao Ensino Médio. Programa Salto para o Futuro/TV Escola/SEED/MEC. Boletim 16. Setembro de 2006. P. 24 a 35.

PEREIRA, J. V. **O Proeja no Instituto Federal de Goiás – Campus Goiânia:** um estudo sobre os fatores de acesso e permanência na escola. Dissertação de Mestrado. UnB, Brasília: 2011.

SANTOS, S. V. dos. **Sete Lições Sobre o PROEJA.** In: MOLL, J. (e colab.) Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto alegre: Artmed, 2010.

SILVA, M. G. da. **Territórios quilombolas no estado do Amapá:** um diagnóstico. XXI Encontro de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia - MG: 15 a 19 de out de 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1308_1.pdf>. Acesso em: 29/05/2017.